

Apontamento sobre os futuros da Ciência Económica¹

Carlos Pimenta
Faculdade de Economia do Porto

“Pensamos que a metodologia económica não é, como escreve Klammer (...), apenas um bom refúgio para economistas frustrados. Bem ao contrário, a metodologia económica deve servir para superar as frustrações dos economistas perante o continuado insucesso das teorias que têm vindo a apresentar ao longo do tempo, sem com tal se negar a existência de um largo e estabilizado conjunto de conhecimentos que constitui o *corpus* da ciência económica” (NUNES, 2004, 161)

A Ciência Económica é uma ciência, como o próprio nome enfatiza². A Epistemologia, nascida e crescida no seio da Filosofia, assume-se crescentemente como uma ciência que estuda a ciência, o conhecimento científico³. Porque o conhecimento científico é uma

¹ Não passará despercebido que algumas das problemáticas tratadas nestas notas já estão presentes num trabalho publicado há dez anos em *Ensaio de Homenagem a Francisco Pereira de Moura* (1995, Lisboa, Instituto de Economia e Gestão). Para além das diferenças resultantes do passar do tempo, aquele preocupava-se principalmente com o ensino, enquanto este olha mais para a investigação. A relação é propositada, sendo Pereira de Moura e Simões Lopes dois dos três professores que mais marcaram positivamente a minha licenciatura.

² Utilizo indiferentemente Economia, Ciência Económica ou Economia Política, embora conheça a diversidade de trabalhos que procuram encontrar diferenças de sentido, de localização história ou até de impacto simbólico entre essas diversas designações. Por isso mesmo não privilegio a designação de Economia Política que, sem dúvida, me parece a mais feliz. Ciência Económica comporta implicitamente uma desconfiança sobre a cientificidade, o que faz com que se lembre ao leitor tal característica através da designação. Economia, designação actualmente mais consagrada, pode levar à confusão entre o “objecto de estudo” (o económico, a economia) e o conhecimento desse mesmo objecto (a Economia), embora legitimada pelo facto do primeiro não existir-em-si, só existir-para a Economia.

³ Embora este singelo trabalho não penetre no essencial da Epistemologia da Economia, convém não introduzir mal entendidos nestas considerações iniciais. Em primeiro lugar não há unanimidade sobre a fronteira entre a Ciência e a Filosofia, logo sobre a posição ocupada pela Epistemologia. Em segundo lugar as diferenças terminológicas nas diversas línguas e nos diversos autores são grandes e muitos utilizam indiferentemente aquela designação ou a de Gnoseologia. Em terceiro lugar existem actualmente autores que tendem a abandonar aquela terminologia e a falar simplesmente de Metodologia: “TEORIA DO CONHECIMENTO: (...) Portanto a teoria do C[onhecimento] perdeu o seu significado na filosofia contemporânea e foi substituída por outra disciplina, a *metodologia* (...) que é a análise das condições e dos limites de validade dos procedimentos de investigação e dos instrumentos linguísticos do saber científico” (ABBAGNANO, 1998, 183). Para uma avaliação rápida da diversidade de sentidos veja-se a entrada “Epistémologie” em LECOURT (1999). Nós seguimos de perto CASTRO (1975 & 1978) que identifica

parte do conhecimento que a humanidade foi construindo ao longo dos milénios, a Epistemologia tem de ter em conta a Gnoseologia. Porque a unidade da Ciência manifesta-se permanentemente na diversidade das ciências, sendo a especialização um dos rumos dominantes do que podemos designar por ciência actual⁴, há epistemologias disciplinares, interessando especialmente para nós a Epistemologia das Ciências da Realidade Humana⁵, ou, mais especificamente, a Epistemologia da Economia. Todas estas considerações desembocam numa conclusão: Epistemologia da Economia e Economia são duas ciências diferentes (no objecto científico, na metodologia, nas concatenações lógicas e tendências de evolução, etc.) e não é conveniente, quiçá seja impossível, estabelecer qualquer hierarquização normativa entre estes dois ramos da Ciência. É certo que a Epistemologia da Economia tem de observar e explicar a Ciência Económica, mas tal resulta do seu objecto científico, nada tem a ver com a elaboração de qualquer normatividade aplicável àquela.

A aproximação entre Ciência Económica e Epistemologia da Economia faz-se pela interdisciplinaridade. Esta pode ser procurada explicitamente, pode resultar da natureza dos problemas a resolver, pode ser o subproduto da reflexão crítica por vezes inerente à transmissão e assimilação de conhecimentos, pode ainda brotar “violentamente” em momentos de “crise científica”. Se os paradigmas têm aceitação generalizada, sendo igualmente de admitir eficácia, a grande maioria dos cientistas adoptarão espontaneamente um, sem qualquer interrogação sobre os seus pressupostos, sobre a sua metodologia, sobre a sua eficácia. Quando começam a surgir fissuras nessa aceitação as interrogações despontam e muitas delas não podem ser resolvidas internamente. Exigem o contributo da Epistemologia da Economia, de outras ciências, da Epistemologia da

Gnoseologia como ciência do conhecimento em geral e utiliza Epistemologia para designar a ciência do conhecimento científico.

⁴ Sob diversos pontos de vista o sentido atribuído à palavra “ciência” nos textos dos filósofos gregos ou nos meios de comunicação actuais, por exemplo, é manifestamente diferente. Embora a especificação dos momentos de ruptura não seja fácil, estamos a admitir que a ciência actual “nasce” com Galileu. Obviamente que a Economia surge depois. Se Adam Smith é frequentemente reconhecido como “pai”, Quenay será o “avó” que lançou as pistas da ruptura e da sistematização.

⁵ A história recorda diversas classificações da ciência. Para quem queira aprofundar essa temática, embora não venha até aos nossos dias, sugerimos PIAGET (1967, 1151-1274). Aqui adoptamos a terminologia de GODIN (2002).

Interdisciplinaridade, da Filosofia. Admitimos que estejamos próximos de uma dessas fases.

Mas a Ciência Económica é uma ciência com diversos paradigmas alternativos⁶. Como abordaremos oportunamente⁷ esta coexistência de leituras alternativas da “mesma” realidade que utilizam metodologias igualmente científicas – embora com entendimentos de ciência diferentes, o que remete ainda para um outro patamar de análise – tem compatibilizações tanto redutíveis como irredutíveis. Enquanto as primeiras remetem para conflitualidades epistemológicas (hipóteses de partida, grau de abstracção, critério de verdade, etc.) as segundas são a expressão de conflitualidades ontológicas (posicionamento social, experiências de vida, interesses sociais antagónicos, etc.). A importância relativa dos diversos paradigmas da Ciências Económica num determinado momento histórico é também expressão da correlação de forças sociais e o economista não deve adoptar uma atitude de indiferença, de aparente neutralidade, que significa sempre a consolidação das posições dominantes.

Estes breves apontamentos oscilam entre a Economia e a Epistemologia da Economia, entre a observação e a intervenção. Uma intervenção inevitavelmente orientada por referências normativas que, numa dialéctica que o positivismo tem dificuldade em compreender⁸, radica-se na observação e interpretação científica da realidade social.

⁶ Costumamos designar esta situação por conflitualidade interna da Economia. Podemos dizer que essa conflitualidade interna existe em muitas ciências, mas a intensidade e a forma que assume nas ciências da realidade humana são diferentes. A importância que a “economia” assume na sociedade contemporânea e a intensidade dos conflitos em jogo – vitais para a própria sobrevivência dos homens, individual e colectivamente considerados – faz com que essa conflitualidade atinja em Economia níveis extremamente elevados.

⁷ Veja-se “Conflitualidade interna” e “Espaço político institucional para o pluralismo”

⁸ A problemática da normatividade é das mais discutidas em Filosofia da Ciência. Não é nosso propósito fazer o ponto da situação desses debates ou avançar posições próprias sobre o assunto. Chamamos apenas a atenção para a existência de diversos tipos de normatividade – ver, por exemplo, KATOUZIAN (1982) –, para a necessidade de uma leitura interdisciplinar do problema – em que as neurociências têm dado um contributo relevante – e ainda que não sejamos enganados pelas aparências. A “economia neoclássica”, por exemplo, aparentemente positiva, apresenta um grande normatividade, que vai das hipóteses dos seus modelos às práticas de “adequação das realidades aos modelos”.

O economista

Funções tradicionais

É de admitir que todos estaremos de acordo que a investigação em Economia, o ensino de Economia, a aplicação da Economia pressupõem o economista. Pelo menos admitimos essa unanimidade se estivermos a falar da Economia dos séculos XX e XXI⁹, entendendo por economista um cidadão com formação científica na disciplina de Economia Política, quiçá institucionalizado pela frequência de um determinado curso.

Provavelmente um certa geração dos actuais economistas ainda se recordam das aparentemente avisadas palavras de MOURA¹⁰

“Mas afinal o que é a Economia? Não haverá, talvez, melhor resposta do que uma, aliás tradicional: *a Economia é aquilo que fazem os economistas*. Tem pelo menos o mérito de resistir a todas as críticas que se expuseram... o que obriga é a ter alguma ideia do que os economistas efectivamente fazem” (1963, 6)

⁹ Se considerarmos a fase inicial do nascimento da Economia (ainda mais se remontarmos às primeiras referências à economia, como em Aristóteles) verificamos que quem tratava de “Economia” tinha um tipo de formação diferente: Quesnay era médico, Adam Smith era filósofo.

“Smith teve sorte em sua educação inicial, primeiro do lado formal, na escola municipal de Kirkcaldy, onde lhe foram fornecidos sólidos fundamentos em redacção e estudos clássicos, que o introduziram na história romana. Depois, ele aprendeu muito, informalmente, a respeito de coisas práticas, observando as indústrias locais e o estado do desenvolvimento da agricultura no interior do Fife. Os amigos do pai, que exerceram o papel de guardiões, participaram dos estágios iniciais do Iluminismo na Escócia, um movimento de perspectiva cosmopolita que tentava melhorar a vida humana através da conquista de uma comunicação mais eficiente, no reconhecimento das bases emocionais da personalidade, a clareza a respeito das motivações e valores e no desenvolvimento do pensamento científico, bem como sua aplicação em problemas sociais e económicos” (ROSS, 1999, 18/9)

Depois ensinou “história da Filosofia”, “direito civil”, “lógica”, “retórica”, etc.

Relacionado com estes aspectos sugere-se a leitura de ESTEVES (2004; “Troca de Saberes no Campo das Ciências Sociais - Interdisciplinaridade, Intradisciplinaridade, Intraparadigmaticidade, Pluridisciplinar, Interparadigmaticidade e Transdisciplinaridade”; in (PIMENTA (Coord), 2004), onde fala da “des-disciplinarização de A. Smith”

¹⁰ Foi enquanto ouvia em sala de aula estas palavras avisadas que pela primeira vez me encontrei, enquanto aluno com o Prof. Simões Lopes, na disciplina de Geografia Económica. Depois os encontros foram vários desde os de tipo académico – e aí não posso deixar de colocar uma palavra de agradecimento pelo apoio que deu à realização do doutoramento, num momento em que algumas “figuras carismáticas” na Faculdade de Economia do Porto o procuravam impedir – ao institucional.

O que na ocasião não sabia é que tal afirmação tinha sido proferida pelo geógrafo R. Vining numa crítica jocosa à obra de L. Robbins¹¹ o qual produziu, como todos sabemos, uma definição, que se tornou célebre¹².

O que ainda hoje duvidamos é que habitualmente o economista, mesmo no exercício da sua profissão, faça Economia. Contudo a sua tipificação é possível e diversos estudiosos já o fizeram. Citemos, pela sua abrangência, MINGAT (1985) que atribui ao economista diversos “papeis”, e sobretudo, que mostra que em cada um deles, o economista comporta-se de forma diferente, aplica diversas concepções de realidade, ciência e verdade, tem variegadas linguagens e relacionamentos com os outros: técnico (quais os procedimentos técnicos para se obter X? interessa a eficácia dos procedimentos), conselheiro (que acções devem ser desencadeadas para se atingir o determinado objectivo X? interessa a eficácia das acções), perito (o que é que se sabe sobre o assunto X? interessa a precisão das informações), analista (como se explica X? interessa a aceitabilidade dos argumentos), advogado ou representante (como fazer a defesa de X? interessa a aceitabilidade dos argumentos), cientista (como compreender X? interessa a veracidade, ou a falsificabilidade, dos modelos), divulgador (como apresentar X de forma exacta e compreensível para o receptor? interessa a veracidade e compreensibilidade dos modelos).

Globalização e novas funções

Contudo nos últimos anos temos assistido a dois novos papeis, embora não totalmente desligados dos anteriores: pacificador de consciências; alquimista social. Analisemos um pouco mais estas duas novas funções, para que possamos vislumbrar um pouco melhor os futuros da Ciência Económica, seja ou não, o que os economistas fazem.

ORA (2004) analisa de um ponto de vista simbólico a globalização:

¹¹ Ver GASPAR, (1998, 3)

¹² Indiscutivelmente célebre, o que faz que passados tantos anos, continue a ser a base, com pequenas variantes, da corrente do pensamento económico dominante. A abordagem pormenorizada deste aspecto conduziria à análise epistemológica do objecto científico, aspecto que não desejamos tratar. Contudo não podemos deixar de referir que a sua celebridade é simultaneamente “olímpica” e “trágica”. Curiosamente MOURA apresenta algumas situações de “gestão de recursos escassos” para mostrar que a definição de Robbins tem imprecisões e é demasiado ampla, é aplicável a situações não-económicas. Hoje, provavelmente, alguns desses exemplos seriam considerados temáticas relevantes da Economia.

«A globalização, como sabemos, constitui a fase mais planetária do capitalismo e representa a continuação do pensamento modernista secularizante que aposta na racionalidade instrumental e no avanço da ciência como instância para dissipar as ignorâncias geradoras de crenças e de comportamentos “irracionais”. Este sonho fundamenta-se nas noções de autonomia do indivíduo-sujeito, capaz de “fazer” o mundo em que vive, e de especialização dos diferentes domínios da actividade social, ou seja, na emancipação da ordem temporal da tutela da tradição religiosa.

(...) Ora esta globalização baseada nos dogmas da razão, do progresso e do individualismo, que em certa medida segregou sua própria utopia de um mundo melhor e a sua própria religião, que prometia sentido à existência humana, esta globalização cuja medida do humano é o *homo economicus*, começou a desmoronar-se, a nível social, em finais do século XX, em resultado das catástrofes económicas, das experiências totalitárias e das guerras. E a nível individual, devido à experiência subjectiva de frustração pessoal, da angústia existencial, da insegurança do amanhã, porque a “religião” da globalização não conseguiu preencher o espaço das expectativas que ela mesma criou» (258/9).

Quase todos os aspectos da vida social são analisados em termos económicos, em detrimento de outras possibilidades de leitura e interpretação dos eventos. A “religião” da racionalidade, a “deusificação” do *homo economicus*, tem como “sacerdote” o economista, que, para agravamento das suas responsabilidades, tem como “altar de culto” os meios de comunicação, e é particularmente chamado a intervir nas situações em que os acontecimentos se desviam do que “era esperado”.

As modificações do ordenamento jurídico resultante da responsabilização difusa do mercado em substituição do cidadão concreto envolvido no processo aumenta igualmente a importância mediática do economista que, na melhor das hipóteses, é chamado a validar, ou não, a referida responsabilização¹³.

No exercício destas novas funções, particularmente da primeira, a sua margem de manobra, é simultaneamente grande e pequena. Grande porque lhe cabe a responsabilidade de analisar criteriosamente a situação, produzir uma opinião avalizada, influenciar a opinião pública de uma forma decisiva. Pequena porque o reduzido tempo ou espaço para a produção da opinião, os procedimentos dos órgãos de informação e a

¹³ Esta temática tem sido abordada nos últimos tempos, em Portugal, por CUNHA, Silverio Rocha (“A Necessidade de um novo 'Daimon' na Política do Sistema-Mundo”; in *Homenagem ao Professor António Castanheira Neves*; no prelo).

concorrência entre os economistas fazem com que as análises científicas tendam a ser substituídas pelas “palavras santas”. E estas visam pacificar as almas, transmitir tranquilidade e segurança, reduzir as amarguras que a situação económica e a actividade política associada provocam à generalidade dos cidadãos, aos que têm a “desventura” de não controlarem a situação¹⁴. “Esta queda nas cotações na bolsa de valores, tenderá a durar? De forma alguma... foi o resultado de acontecimentos recentes que vão ser ultrapassados... tudo indica que nos próximos dias a situação melhora!”. “O petróleo atingiu o preço de 30 dólares. Será de admitir que continue a aumentar, podendo atingir valores nunca antes atingidos? Ainda estamos muito longe dos preços máximos anteriormente atingidos e não deverá ultrapassar os limites anteriormente verificados”. “Continuam a persistir diversos sinais de crise na economia portuguesa. Será ainda este ano que a retoma surgirá? Sem dúvida, os últimos dados estatísticos já revelam alguns sinais de melhoria...”. Todos os dias são produzidas mensagens deste tipo. Frequentemente falsas, quase sempre “desculpabilizadoras” das contradições sociais e da política económica seguida, sempre sem responsabilização ética e social de quem as produziu.

Uma outra função se impôs ao economista, frequentemente associada às tradicionais. Antes de a referirmos, consideremos as palavras recentes de BOYER:

“Limites intrínsecos da grande teoria [o autor ao mesmo tempo que constata os grandes avanços da Economia, chama a atenção para a muito frequente inadequação dos modelos] e impasses da indução estatística [depois dos sonhos da comprovação estatística total constata a fragmentação dos trabalhos estatísticos] levam a reavaliar a própria possibilidade de uma engenharia económica, que não poderia ser senão a técnica de intervenção associada a uma ciência económica cada vez mais rigorosa. No entanto, o economista desempenha também, notoriamente, o papel de conselheiro dos decisores públicos. Nas últimas décadas construíram uma elegante – na falta de

¹⁴ Num programa recente, num canal televisivo estrangeiro, o jornalista pedia ao seu entrevistado que respondesse com sim ou não sobre uma determinada situação, ao que este retorquiu: “o problema é demasiado complicado, apresenta demasiadas facetas e tem em jogo actores tão diferentes que não é possível responder com sim ou não. É certo que os meios de comunicação social gostam de respostas desse tipo para classificar como moderados os que respondem de acordo com o que desejam que aconteça e como extremistas os que manifestam uma opinião diferente. Contudo a realidade e a dinâmica da sociedade não se confinam a essas alternativas”. Este é o dilema em que o economista frequentemente é colocado, oscilando entre as suas opiniões e a dos outros, entre o que sabe e o que ignora, entre a deontologia profissional e a aproximação ao poder que as “palavras santas” produzem.

convincente – solução para ultrapassar o dilema. Muitos teóricos confessam não compreender a lógica das evoluções contemporâneas, a maior parte das vezes não conformes às previsões deduzíveis dos modelos, tão claramente fundadas sobre as três hipóteses do comportamento racional, do equilíbrio de mercado e da racionalidade das expectativas. Então, porque não propor transformar as economias concretas de forma a torná-las mais conformes com as hipóteses de base dos modelos em que desaparecem os grandes problemas do momento: o desemprego, a instabilidade financeira, o não-desenvolvimento? Em sentido estrito, o economista torna-se um técnico cuja legitimidade não se apoia nos resultados científicos validados pela experiência” (2004, 22)

Adaptando uma expressão popular, se o modelos não se adaptam à realidade, adapte-se a realidade aos modelos. Esta metamorfose na relação entre a realidade e sua interpretação científica é mais do que um devaneio ideológico: é uma intervenção política, uma transformação da sociedade, agravando os problemas existentes, tornando as diferenças sociais mais vincadas.

O economista no desempenho destas funções – basta lermos grande parte dos documentos do FMI e do Banco Mundial sobre as economias subdesenvolvidas¹⁵, grande parte das intervenções dos governos liberais, para vermos que não estamos perante uma hipótese de trabalho, mas face a comportamentos lastimavelmente efectivos – surge como um alquimista social, como alguém que sonhando reinventar o rei Midas cumpre uma dupla função: exercer a sua profissão, transformar a sociedade de acordo com os “seus”, e só “seus”, sonhos¹⁶.

Esta articulação entre funções tradicionais e contemporâneas dos economistas tenderão a perdurar enquanto vivermos em globalização¹⁷.

¹⁵ Como é sabido a terminologia oficial abandonou o termo subdesenvolvimento. A problemática que lhe estava associada (que caracteriza o subdesenvolvimento?) metamorfoseou-se na problemática do desenvolvimento (como promover o crescimento sustentado e equilibrado?). São problemáticas diferentes. O esquecimento da primeira é, só por si, uma redução das possibilidades das economias “em vias de desenvolvimento” saírem do estado dramático em que se encontram.

¹⁶ Impõe-se fazer aqui uma ressalva: muitos economistas não adoptam esta atitude, apesar de ela surgir como a mais visível na sociedade contemporânea. E não adoptam pelas mais diversas razões, que vão do modelo teórico que tomam como referência à reflexão crítica, da posição que ocupam na sociedade à postura ética.

¹⁷ Diferenciamos nitidamente mundialização e globalização. “Mundialização” é um processo permanente do crescimento da humanidade, com avanços e recuos, com dinâmicas capitalistas de grande intensidade. Globalização é uma fase, começada nos anos 80 do século passado, dessa mundialização capitalista. Para mais pormenores veja-se PIMENTA (2004).

Aqui e além surgem manifestações de descontentamento, desânimo ou mesmo revolta acompanhando as fraquezas da globalização e as calamidades sociais que tem criado. A “inevitabilidade” da globalização é acompanhada com a formação de modelos alternativos que a negam. Mesmo “aceitando” a globalização, a crítica aos erros grosseiros dos economistas, individual ou institucionalmente considerados, surge cada vez mais frequentemente como sinal de possibilidades de mudança. As críticas implacáveis dos “arrepentidos do liberalismo” contra o sistema que ajudaram a construir são expressões do conflito epistemológico, social e ético em que muitos se debatem.

Também a responsabilização jurídica de alguns economistas pelos seus actos socialmente nefastos é um indicador interessante.

A Economia

Já constatámos que a Economia não é o que economista faz. Mais frequentemente este é o que a Economia, num certo momento histórico, exige que ele seja. Pelo menos é isso que resulta da constatação de que noventa e cinco por cento dos economistas não saberiam o que fazer se não se associassem espontaneamente a um paradigma. É uma associação¹⁸ frequentemente acrítica, ora resultante dos processos de ensino, mercado de trabalho, promoção social, ora desconhecimento de problemáticas alternativas – económicas, epistemológicas ou de outras disciplinas –, critérios ideológicos ou tão simplesmente “consciência possível”¹⁹.

Dinâmica Científica

A direcção e a aceleração do percurso da Economia é o resultado da interacção de duas forças, cujas intensidades e características, por um lado, e harmonias, conflitos e contradições, por outro, impõem desvios, avanços e retrocessos. Forças essas que não só influenciam a multiplicidade dos segmentos diferenciados – já de seguida voltaremos à conflitualidade interna – como à sua hierarquização político-social. Essas duas forças são

¹⁸ Sobre estes aspectos aconselha-se a leitura de MINGAT (1985) e KATOUZIAN (1982).

¹⁹ Sobre o conceito de “consciência possível”, limite dentro do qual se situaria a “consciência real”, veja-se GOLDMANN, por exemplo (1978). Sobre esta matéria é igualmente interessante ver SEVE (1981)

sobejamente conhecidas e nenhum historiador ou economista as negará, mesmo que lhes atribua importâncias relativas diferentes: a evolução da sociedade; a evolução dos conhecimentos científicos.

A evolução da sociedade influencia porque surgem novas situações nas relações entre os homens, e na reprodução da sociedade e dos indivíduos, que tornam possível, que aconselham ou exigem, uma abordagem económica. Porque situações antigas suscitam novas leituras. Porque surgem novas prioridades, ou hierarquização de prioridades, entre os possíveis objectos de estudo científico. As práticas sociais desencadeiam todas essas influências, seja pelo que iluminam seja pelo que encobrem, sobre os possíveis objectos de estudo.

Simultaneamente a evolução dos conhecimentos científicos, em geral, e da Economia, em particular, desencadeia novas problemáticas seja em resultado do processo de resolução das anteriores seja pelo despontar de terrenos anteriormente inexplorados.

Também a relação dialéctica entre estas duas forças molda, como já aludimos, a dinâmica da Economia. A Economia e os economistas transformam a sociedade pela acção, em que a Política Económica é apenas uma das componentes, ao mesmo tempo que a adopção de uma determinada teoria ou ideologia contribui igualmente para a orientação, intensidade e características dessas transformações. Ideologia que subjaz na multiplicidade de funções dos economistas, por vezes na normatividade presente nos modelos e nas teorias económicos. Ao mesmo tempo que os economistas e a Economia transforma a sociedade, também esta transforma aqueles.

Estes são os primeiros aspectos a ter em conta nas tendências de evolução possíveis que referiremos no fim deste ponto.

Conflitualidade interna

A Economia não é um todo homogéneo. As diferenças não são apenas a expressão pontual e limitada de situações que ainda não atingiram uma explicação “definitiva”. Há um conjunto de factores que justificam a quase permanente coexistência de leituras

alternativas, as quais são partes integrantes de modelos e teorias também eles alternativos.

A conflitualidade interna da Economia enquanto realidade científica, a que lhe deve corresponder um espaço institucional, é uma questão que reputamos de essencial, de muitos pontos de vista²⁰:

1. Há diversas razões para a existência de leituras científicas alternativas da mesma realidade:

1. Na diversidade da realidade económica e social estudada pelos diferentes economistas e a maior ou menor capacidade de impor as suas leituras na comunidade científica internacional, nas estruturas políticas, nos saberes constituídos. Diversidade de realidades encoberta pela utilização da mesma terminologia, pela aparência do estudo da mesma realidade, pela frequente verificação de um equívoco: as leis e teorias apresentam-se como eternas e universais, fora do tempo e do espaço²¹.
2. Na contradição entre a complexidade da realidade social e a natureza dos modelos elaborados ou, por outras palavras, no facto de diferentes economistas perante a mesma realidade económico-social construírem objectos científicos que captam apenas uma parte do objecto real. A simplificação é a palavra-chave na construção dos modelos económicos com uma dupla aplicação: na passagem do objecto real para o objecto científico e na conceptualização do objecto científico. Se objectos reais idênticos dão objectos científicos diferentes, se objectos

²⁰ Por isso desde 1993 temos abordado frequentemente o problema analisando-o de múltiplos pontos de vista (causas, consequências, possibilidades de “articulação” entre teorias alternativas, linguagem, viabilidade de hierarquização, procedimentos pedagógicos). Apesar dessa insistência em “remar contra a maré” consideramos que vale a pena e que se justifica voltar a traçar aqui alguns dos seus fundamentos.

²¹ As práticas científicas referentes a estes aspectos são bastante diferentes, em muitos aspectos radicalmente diferentes, nas ciências lógico-matemáticas e nas ciências da realidade física, por um lado, e nas ciências da realidade humana, por outro, embora se possa admitir que em todas elas há diferentes capacidades nacionais e institucionais de imposição das teorias e das descobertas.

científicos diferentes se camuflam na identidade de objectos reais e numa mesma terminologia, a conflitualidade interna é uma inevitabilidade²².

3. A diferença de objectos científicos resultantes do mesmo objecto real também é resultado das diferentes consciências possíveis dos economistas. As determinantes daquelas são múltiplas mas é legítimo estabelecer relações entre elas e a diversidade das forças sociais, cooperantes ou antagónicas, similares ou contraditórias²³. De uma forma simplista poderemos dizer que os economistas reflectem diferentes consciências possíveis das classes sociais. Os paradigmas, as teorias e os modelos económicos reflectem diferentes consciências possíveis, surgindo aí uma razão objectiva, inultrapassável, para uma conflitualidade interna da ciência económica²⁴. Por outras palavras os economistas ao estudarem a realidade económica transportam uma determinada maneira de ver o mundo, uma certa concepção filosófica da existência. Esta diversidade de posturas epistemológicas manifesta-se na concepção do corte epistemológico inerente à construção científica, na adopção espontânea de determinadas hipóteses de partida

²² Dir-me-ão que estamos perante uma causa de diversidade de leituras da mesma realidade que é comum a muitas outras ciências. Se as ciências lógico-matemáticas podem passar um pouco ao lado desta conflitualidade, o mesmo já não acontecerá com as ciências da realidade física. Em parte esta argumentação é válida. É talvez por isso mesmo que noutras ciências essa “conflitualidade” também está presente. Recorde-se, por exemplo, os trabalhos de HAWKING (1988) que referem a incompatibilidade da teoria da relatividade geral e da teoria quântica e o seu reconhecimento de que “uma das maiores tentativas da Física actual (...) é a busca de uma nova teoria que junte as duas: uma teoria quântica da gravidade”.

Contudo podemos considerar que nas ciências da realidade humana e na Economia esta assume particular acuidade porque é sempre possível uma tripla abordagem de qualquer realidade: centrada no indivíduo, assumindo o primado da sociedade, adoptando as instituições como espaços de síntese.

Também porque há permanentemente uma dimensão cultural nas práticas sociais, logo económicas.

Finalmente porque a Economia usa e abusa do *ceteris paribus*, ao mesmo tempo que frequentemente se “esquece” de explicitar todas as hipóteses do modelo.

²³ As classes sociais ocupam um lugar central na estrutura da sociedade. Por isso elas moldam a consciência possível dos intervenientes, criam mantos diáfanos sobre a realidade, fetichismos na compreensão da dinâmica do económico. A ligação estabelece-se através do impacto que as contradições entre forças produtivas e relações de produção de uma determinada sociedade exercem sobre o emprego do tempo de cada um dos indivíduos e aquele constitui a infra-estrutura da personalidade. Ligação no quadro do livre-arbítrio individual, a outra face da necessidade social.

²⁴ Insistimos, estamos perante razões de conflitualidade específicas, ou de muito maior intensidade, nas ciências da realidade humana: não é difícil admitir que as diferenças entre as consciências possíveis das diversas classes sociais tem maior repercussões sobre a observação da realidade social que sobre o estudo da realidade natural.

e quadros conceptuais de referência, na metodologia de investigação adoptada, na terminologia utilizada, para apenas referir alguns aspectos.

Há ainda duas outras razões menores de conflito entre economistas. Mais de conflito entre discursos do que de análises. A primeira é a diversidade de posturas adoptadas pelos economistas no exercício da sua actividade profissional²⁵. O segundo motivo de conflito tem a ver com o diferente grau de abstracção dos modelos económicos. Frequentemente as divergências entre os economistas sobre o assunto resultam tão somente da maior ou menor proximidade ao concreto.

A estes aspectos acrescentaríamos hoje que a consideração, ou não, da complexidade nos modelos explicativos cria uma nova clivagem: na prevalência dos modelos indutivos, na importância da simulação e na intervenção do “observador” sobre os resultados “observados”.

2. Uma parte dessa conflitualidade é superável, mas algumas das razões do desentendimento entre os economistas são tão insuperáveis como a estrutura classista da sociedade em que vivemos.

Assim como BACHELARD cita Destouches para mostrar a possibilidade de se tornarem coerentes teorias que se opunham²⁶ assim nós temos afirmado que

- a) É possível estabelecer muitas identidades entre paradigmas alternativos, estabelecer relações e explicitar complementaridades desde que se harmonizem graus de abstracção e linguagens, se considerem as hipóteses subjacentes a cada um dos modelos e se modifiquem algumas delas. É possível construir modelos suficientemente gerais para englobar muitos dos aspectos consignados em modelos pertencentes a paradigmas diferentes.

²⁵ Já fizemos breve alusão a este assunto.

²⁶ Recorde-se, pela sua importância, o que BACHELARD diz sobre o assunto:

“Destouches estuda com efeito as condições de coerência lógica das diversas teorias. Ele demonstra que, por intermédio da modificação de um postulado, é sempre possível tornar coerentes duas teorias que se revelam racionalmente válidas e que, no entanto, se opunham uma à outra. É evidente que duas teorias podem pertencer a dois corpos diferentes e que se podem opor em determinados pontos permanecendo válidas individualmente no seu próprio corpo de racionalidade.” (1984, 132)

- b) Este exercício não elimina a conflitualidade, mas reduz o seu âmbito e, sobretudo, permite precisar o que efectivamente diferencia os paradigmas em luta. Mas ela só pode ser concretizada se os economistas conhecerem os diversos paradigmas em confronto e tiverem capacidade para assumirem uma atitude crítica.
- c) Esta superação dos paradigmas vigentes exige caminhar-se para uma nova forma de pensar o económico, uma nova forma de construir a Economia, exige encontrar vias para operacionalizar uma nova lógica. A atitude não pode ser ecléctica.

É esta atitude não ecléctica que coloca mais problemas de diálogo entre defensores de posições diferentes, entre os contextos institucionais em que as diversas correntes se inserem. Se é relativamente fácil construir modelos mais gerais ou estabelecer pontes, as principais dificuldades de diálogo estão na linguagem e na necessidade de hierarquização das diversas teorias²⁷.

Se NUNES tem razão quando afirma

“O pós-modernismo é pluralista puro e não há possibilidade de comparar teorias porque cada uma tem uma linguagem própria dentro de um contexto específico. Não há conhecimento verdadeiro devido à incomensurabilidade do conhecimento. O uso de diferentes significados terminológicos, das diferentes escolas, impede a conversação entre elas. O pós-modernismo advoga por isso a tolerância, na base de que nenhuma escola se pode reclamar da verdade, mas é uma tolerância prática e não uma tolerância teórica.” (2004, 149)

consideramos que a conflitualidade interna que aqui analisamos e as conclusões que retiramos para a acção não são “pós-modernas”.

Quando se diz que a ciência, nomeadamente a Economia, se baseia em factos parece estarmos a referir uma objectividade que se oporia a esta pluralidade, a esta conflitualidade. Contudo não se pode escamotear dois aspectos: a selecção dos “factos” contem subjectividade; a ciência também se ocupa, em certo entendimento, da interpretação dos factos.

²⁷ Veja-se, uma primeira tentativa desta hierarquização em (PIMENTA, 1990)

Esta conflitualidade interna está sempre presente nas possibilidades de evolução da Economia e exige inevitáveis opções (nem que seja pela “não opção”) a todos os economistas.

Tendências e contratendências de evolução

Atendendo ao que anteriormente afirmámos podemos com relativa facilidade concluir que a tendência da expressão institucional da Economia é predominarem, durante a fase de globalização que estamos a viver, as correntes do pensamento que apostam na continuação do capitalismo, que se baseiam na “liberdade” das decisões e transacções, que assumem o indivíduo como ponto de partida, e muito frequentemente como ponto de chegada, da análise social. A normatividade do comportamento racional, a normatividade do equilíbrio, a normatividade da racionalidade das expectativas e a normatividade da livre concorrência integram-se na “análise objectiva” e “desideologizada”. A globalização é favorável à continuação do domínio do pensamento “neoclássico”.

Domínio institucional que não é a expressão de uma superioridade intelectual ou científica, que se traduz na defesa de propostas de política económica que agravam as condições de vida – muitas vezes mera sobrevivência – da grande maioria da população mundial²⁸, que gera graves conflitos éticos²⁹.

Se esta é a tendência imediata, não podemos ignorar a coexistência de contratendências, nem deixar de admitir que aquele domínio, como sempre em história, terá o seu declínio.

Uma das contratendências é a inteligência, o rigor científico, a liberdade de criação, o respeito pela democracia, a capacidade de olhar os cidadãos, nossos contemporâneos, a

²⁸ Duas pequenas observações: (1) Por corrente “neoclássica” estamos a designar uma grande diversidade de posições, e o seu grau de validade é diferenciado conforme o segmento; (2) Esta observação global, que tem essencialmente em conta a persistência do subdesenvolvimento, o agravamento das desigualdades sociais e as irreversíveis perturbações ecológicas, não anula a constatação de vertentes positivas nas correntes dominantes actuais.

²⁹ Essa é uma das conclusões que se pode retirar dum dos meus recentes livros (PIMENTA, 2004), embora nele me restrinja à Economia.

responsabilidade ética que alimentam muitas correntes heterodoxas da Economia contemporânea³⁰.

Por razões que, nesta fase de apresentação das ideias, são óbvias, a minha preocupação fundamental é contribuir para o reforço das contratendências.

Rumos de Intervenção

Reforçam-se as contratendências intervindo, social e cientificamente. Essa intervenção processa-se em diversos espaços institucionais, em múltiplos momentos conjunturais, de variegadas formas e intensidades. É nessa polifonia que se encontra a eficácia da intervenção.

O que aqui referimos limita-se aos aspectos mais estreitamente ligados à epistemologia.

Espaço político institucional para o pluralismo

Do que afirmámos anteriormente não é difícil de concluir que consideramos vantajosa a existência de um espaço institucional de coexistência da pluralidade de posições associadas à conflitualidade interna³¹. Com efeito não é, como vimos, no fraco desenvolvimento da Ciência Económica que se encontra a justificação para a diversidade de leituras: não se pode transpor para as ciências sociais (ciência duma realidade conflitual em que os Homens são ontologicamente sujeitos e objectos) as lógicas das «ciências físicas». A história do poder entre os diversos paradigmas alternativos mostra

³⁰ Veja-se, para um primeiro contacto com esta realidade, o site de “The International Confederation of Associations for Pluralism in Economics”, em <http://www.econ.tcu.edu/econ/icare/main.html>

³¹ Consideramos absurdo admitir que o actual domínio neoclássico, ou o peso que esta corrente continuará a ter na sociedade actual, mesmo num contexto pluralista, são o resultado de uma selecção natural – e ainda menos que essa dita selecção legitime o melhor –, como se poderá entender, com alguma adaptação, do discurso de AMODOVAR & COSTA (2004):

“Ora a competitividade entre diversos tipos de especialistas [os autores estão a falar diferentes temáticas, não de diferentes correntes do pensamento] acarreta obviamente uma pressão crescente sobre os recursos disponíveis para financiar e levar a cabo a investigação. Sendo tais recursos limitados, é natural que se verifique um processo de selecção que afaste os menos aptos – isto é, aqueles que não conseguirem justificar por actos ou palavras a real importância do tipo de estudos que desejariam levar a cabo” (3)

que a alternância não é tanto o resultado de uma evolução na conceptualização da realidade social, embora também exista, mas o fruto da correlação de forças sociais. É a expressão das razões sociais objectivas da conflitualidade anteriormente referida, não é essencialmente o resultado de uma opção racional, científica ou filosoficamente fundamentada.

Vantagem gnoseológicas e epistemológicas da existência de um tal espaço

- a) A consciência da diversidade de leituras científicas de uma determinada realidade fortalece as capacidades cognitivas dos intervenientes, nomeadamente de docentes e estudantes, enquanto que a sua subestimação ou ignorância é um elemento de forte perturbação na aprendizagem para múltiplas situações futuras em que terão de se defrontar com vários modelos³².
- b) A crítica e o confronto de posições é uma forma de reduzir a subjectividade inerente a qualquer processo de construção científica na área da Ciência Económica³³.
- c) Apenas o conhecimento de diversos modelos alternativos liberta o economista da sua estreita dependência em relação a uma forma específica de organização da sociedade e prepara-o para as mudanças. A não preparação para estas pode gerar desadaptações e incompreensões profundas, o permanente resvalar para posições apoloéticas e ideológicas. E provavelmente alguns dos modelos do futuro

³² Exemplifiquemos com a caverna platónica. Ela traz-nos a «amargura» da consciência de que o observado não é a plenitude da realidade mas uma parte deformada dela: “a realidade profunda, se é que ela existe, esconde-se de nós, sendo o papel da ciência mostrar ecrãs onde ela se queira projectar.” (EKERLAND, 1993, 80). Mas traz-nos a incomensurável força de alertar-nos para o que observamos, para a distinção entre o objecto em si e a sua imagem, para a influência da luz do conhecimento sobre esta. Permite-nos, consequentemente, escolher o melhor ângulo de observação, o melhor instrumental, as partes da sombra sobre as quais devemos concentrar a nossa atenção. A consciência da diversidade de leitura tem uma função similar para o economista que pretenda conhecer a realidade.

³³ Exemplifiquemos. Assumamos, então, como hipóteses de partida que os diversos cientistas estão condicionados pela sua consciência possível, parte da sua personalidade, síntese de vivências; que as fronteiras entre o subjectivo e o objecto, entre o «positivo» e o «normativo» têm uma zona difusa e que o ideológico tende a penetrar a construção científica. Então cada modelo teórico comporta uma determinada dose de consciência real do cientista, de subjectividade e de ideologia. Por definição esse três «inimigos» da cientificidade são diferentes conforme o cientista que faça um determinado estudo. Uma das formas de procurar depurá-los será pelo confronto de posições entre diversos autores. O objectivo está mais próximo da intercepção dos diversos conhecimentos em confronto. A dificuldade, está na capacidade de uma «terceira entidade» ser capaz de fazer a leitura da referida intercepção.

exigem uma ultrapassagem dos paradigmas actualmente vigentes. Vivemos uma época em que os modelos complexos e a redescoberta da não linearidade recorda uma antiga lei da dialéctica: tudo relaciona-se com tudo.

- d) O conhecimento científico é mais dinâmico que o conhecimento corrente. Pretende ser uma consciência mais organizada da realidade, permanentemente moldada pela dúvida metódica. A redução dessa dinâmica e os dogmatismos nesta área do saber (que vão contribuir, parcial e com desfasamento temporais, para a evolução do conhecimento corrente) tenderão a tornar este mais hermético ao novo e à descoberta.

Tem também vantagens pedagógicas. Além disso, o confronto de ideias, a prática do debate criterioso de posições alternativas fomenta os valores democráticos e de cidadania.

Enquanto os espaços institucionais de formação e divulgação da Economia estiverem cientificamente centrados nas problemáticas das sociedades mundialmente mais desenvolvidas, associados aos interesses políticos instalados e aos grupos económicos dominantes, assumirem como funções o apaziguamento das consciências numa sociedade em que as temáticas económicas são frequentemente míticas, há sérios perigos para a democracia. É também o que manifesta BOYER (2004) ao defender que “seria de reafirmar o primado da democracia sobre a lógica económica”, considerando ainda que “tal daria uma possibilidade à economia para afirmar a sua cientificidade, através do distanciamento face a um papel puramente funcional” (25).

Por tudo isto continuaremos a defender que as escolas de Economia sejam espaços institucionais de manutenção, defesa e reforço da pluralidade de posições, de formação de novas gerações de economistas com essa abertura científica e social à diferença.

«Novas» Problemáticas

A defesa do pluralismo institucional como expressão organizada da conflitualidade interna da Economia³⁴ faz sentido em si, mas também permite a simultânea institucionalização de problemáticas que, de outra forma, ficariam arredadas dos espaços que lhes permitem outro aprofundamento, outra mobilização, outros financiamentos.

Apresentam-se de seguida alguns temas importantes, pelo que permitem conhecer da realidade, pelo que permitem explorar da epistemologia e da metodologia da Economia, pela pluralidade de leituras que aconselha.

a) Micro economia *versus* Macroeconomia

No “início” a riqueza das nações era objecto de estudo por diversos olhares complementares que o futuro iria designar por um conjunto de ciências autónomas, cabendo à Economia uma responsabilidade primordial³⁵. “Riqueza” era com ela. E assim foi evoluindo, tratando ora de assuntos específicos dos “agente” ora do “conjunto dos agentes”, procurando estabelecer as pontes entre essa dupla abordagem³⁶. Os utilitaristas começam a romper esta nascente tradição³⁷, mas muitos dos trabalhos seguintes continuam a considerar uma ciência única, seja tratando da “riqueza”, seja da “escassez”, seja das “decisões”. Segundo alguns autores é necessário esperar pelos anos 30 do século XX para termos a separação (que para uns será uma especialização, para outros uma fragmentação) entre macro e microeconomia³⁸.

³⁴ O pluralismo institucional é mais um terreno de aproximação e diálogo entre diferentes correntes do pensamento económico do que de combate.

³⁵ Recorde-se a “dificuldade” de Walras, numa fase histórica de especialização das ciências da realidade humana, em encontrar em Adam Smith uma definição de “Economia Política”, a grande amplitude dela (“ramo dos conhecimentos do legislador e do homem de Estado”) e as críticas que tal lhe merece.

³⁶ Note-se que já então essa articulação não se apresentava fácil. Veja-se, por exemplo, as controvérsias em torno da “teoria da perequação”.

³⁷ Rompem contrapondo à análise social e histórica que tinha assumido o seu apogeu com Marx uma ficção hedonista e individualista. Contudo não fragmentam em “macro” e “micro” sendo de salientar alguns trabalhos heróicos de síntese, como são os de Walras.

³⁸ Veja-se MADDALA & MILLER (1989, 4). No entanto em alguns manuais dos anos 40 e 50 essa decomposição ainda não é clara, ainda não é assumida definitivamente.

No cerne desta dicotomia está a divisão social de trabalho: sua consideração ou esquecimento; sua leitura assente no indivíduo ou na sociedade; as diferentes interpretações científicas, epistemológicas e ideológicas dessa realidade.

Quais as relações entre macro e micro, assumindo a comutatividade do produto lógico? Logicamente há, pelo menos quatro possibilidades: “não há relações em nenhuma situação”, “não há relações em certas situações”, “há relações em certas situações”, “há relações em todas as situações”. No caso de haver relações, depois de precisados os significados dos dois termos da relação, é possível “fundamentar a macro na micro”, “fundamentar a micro na macro”, fundamentar a macro e a micro num terceiro elemento (simples ou composto). Por detrás desta opção encontram-se problemáticas de difícil resolução: relação entre o todo e as partes, validade da indução e da dedução, sistemas lógicos subjacentes, critérios de classificação, etc.

Para uns

“separar a macroeconomia da microeconomia é muitas vezes difícil, senão cientificamente erróneo” (GÉLÉDAN & BRÉMOND, 1981, 238).

Para outros

“uma sequência englobante Sistemas – Estruturas – Grupos - Agentes – Dinâmicas (...) e uma sequência indutiva (...) Agentes – Grupos – Estruturas – Sistemas – Dinâmicas”

exige sempre dois comentários:

“Antes de mais convém recordar que estes conceitos chave resultam de elementos de uma realidade viva. Como tal estão em interpenetração mútua, em relações construtivas, em situações de interdependência integral e interacção total e não são meras interacções funcionais (e portanto actua e sofre actuação simultaneamente).

Também é indispensável sublinhar que, de qualquer forma, a ordem dada a estas diferentes partes da sociologia económica apresenta forçosa e inelutavelmente uma certa arbitrariedade. É o que acontece sempre quando se efectua uma classificação entre factores e sequências reversíveis” (BANCAL, 1974, 28)

Para muitos estas observações são aceites como válidas ou importantes hipóteses de trabalho, mas nas instituições universitárias as rupturas são pedagógica e epistemologicamente profundas.

O problema é suficientemente controverso e difícil para aconselhar uma investigação específica, para não nos limitarmos a seguir acriticamente a moda.

b) Racionalidades marginalizadas

Como afirma GODELIER (sd)

“A questão da racionalidade económica é, pois, ao mesmo tempo a própria questão epistemológica, da Economia política enquanto ciência” (18).

A racionalidade é o “cimento” que permite construir o objecto científico da Economia como “ciência das escolhas”. Daí a importância deste conceito e de toda a sua envolvência. São conhecidos os estudos da Psicologia Económica sobre o problema e os debates em torno da “racionalidade olímpica” e da “racionalidade humana”, assim como da “bounded rationality”. São conhecidas as relações entre os conceitos de “racionalidade” e “informação” e a importância que esta assume na Economia contemporânea³⁹. São conhecidas as investigações interdisciplinares sobre o conhecimento, o enorme contributo dado pelas neurociências e a pouca atenção prestada pelas outras ciências para quem essas conclusões poderiam ser importantes. São igualmente conhecidas as dificuldades com que os economistas se têm defrontado quando pretendem construir teorias e modelos assentes em conceitos amplos, abrangentes, de racionalidade (económica).

Na nossa opinião seria particularmente interessante dois eixos de investigação:

(1) Um primeiro visaria estudar a racionalidade, a racionalidade económica em grupos sociais e em sociedades cujas formas de ser e estar não têm sido referências habituais ou frequentes para o pensamento económico.

Porque a cultura europeia – herdeira da cultura greco-latina – está historicamente associada à laicização da sociedade, à revolução industrial e ao “centro” da economia mundial, foi esse o terreno de criação e promoção da ciência moderna, de elaboração da

³⁹ A importância atribuída à informação deveria conduzir imediatamente à irreversibilidade do tempo em Economia – “o meu pai, um excelente homem, dizia-me «Nunca percas a tua ignorância, pois jamais poderias arranjar outra»” afirma Erich Maria Remarque (MONTREYNAUD, 1985, 292).

Economia. A sua lógica é predominantemente monocultural, impondo-se uma reapreciação multicultural⁴⁰.

Também dentro de cada sociedade, de cada cultura, o contributo dos diversos grupos sociais, ou classes sociais, para a construção da “normalidade” é diferente. A forma de viverem e comportarem-se economicamente apresenta vincadas especificidades, justificando uma Economia alicerçada noutra concepção de “comportamento normal”. Se há sempre o distanciamento entre as hipóteses e os modelos, por um lado, e a realidade social, por outra, em alguns casos aquele é um enviesamento tão intenso que exigem outras hipóteses e outros modelos.

(2) Um segundo eixo passa por mudar as regras de jogo do tratamento da racionalidade.

O habitual é termos uma racionalidade de referência, seja um arquétipo (homem económico); seja uma situação média; seja ainda o típico de determinado grupo social, ou o resultado do inatismo dos homens, ou de uma certa fase histórica⁴¹.

Mas existem alternativas a partir do momento em que se reconhece que “não há dois homens iguais”. Considerar mais as “diferenças” que as “igualdades” ou ter permanentemente em atenção essa duplicidade. Hoje, com o estudo da complexidade nas suas diversas variantes e com a utilização dos computadores podemos começar a estar em condições de promovermos uma aproximação em relação ao concreto, para o que é essencial a análise das diferenças de racionalidade.

c) Complexidade como objecto de estudo

⁴⁰ Poder-se-ia argumentar que a multiculturalidade, no que se aplica ao “mundo dos negócios” é algo em desaparecimento em resultado da mundialização da sociedade, a qual tem imposto o “modo de vida americano” à escala planetária. Este argumento tem alguma razoabilidade, embora só no futuro possamos apreciar devidamente a sua validade.

⁴¹ Marshall dizia

“Na presente obra considera-se ação normal aquela que se espera, sob certas condições, dos membros de um grupo industrial, e não se tenta excluir a influência de quaisquer motivos, cuja acção seja regular” (MARSHALL, 1988, I-4).

E a este propósito Marshall fala em “princípio de continuidade”. Pretendia ter em conta não um único tipo de comportamento, mas vários. Este princípio enunciado em 1890, no primeiro prefácio da sua obra, está moribundo em 1920, no prefácio à oitava edição.

A complexidade está na moda, sem que no entanto saibamos claramente de que estamos a falar⁴². Arthur coloca a pergunta e responde-lhe:

“O que é a complexidade? Há muitas definições e nenhuma é absoluta. Mas o que há de comum em todos os estudos da complexidade são sistemas com múltiplos elementos adaptando-se ou reagindo à configuração que esses elementos criam.” (in Colander, 2000, 19)

Apesar das dificuldades e da diversidade de modelos e escolas interpretativas⁴³, é possível identificar um conjunto de elementos “ontológicos” indicativos de uma situação complexa: entrelaçamento e inseparabilidade das partes e do todo, heterogeneidade, multi-referencialidade, interacção e retroacção; não linearidade, sensibilidade às condições iniciais e irreversibilidade. Simultaneamente as Matemáticas⁴⁴ e o computador permitem a existência de ferramentas para trabalhar a leitura complexa da realidade económica.

As ferramentas existentes ajudam a revelar a importância da problemática da complexidade nas diversas ciências, nas ciências da realidade humana, na Economia. Se problematizarmos a interligação entre o todo e as partes, a heterogeneidade constitutiva e a multireferencialidade, a dificuldade de obtenção da informação e a irreversibilidade desta, a interacção e a retroacção, a não linearidade, a sensibilidade às condições iniciais,

⁴² Este assunto foi recente e “pormenorizadamente” tratado em PIMENTA Carlos (2004); “Apontamentos Breves sobre Complexidade e Interdisciplinaridade nas Ciências Sociais”; Comunicação ao Congresso Luso-Brasileiro sobre Epistemologia e Interdisciplinaridade na Pós-graduação; Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais; 21/06/2004 a 23/06/2004 e ao Congresso Luso-Brasileiro: Epistemologia e Interdisciplinaridade na Pós-graduação; Universidade de Caxias do Sul - Programas de Pós-Graduação stricto sensu em Direito, Letras e Cultura Regional e Turismo; 24/06/2004 e 25/06/2004. (disponível em <http://www.fep.up.pt/docentes/cpimenta/>).

⁴³ Desde as primeiras referências em meados do século XIX, desde as abordagens explícitas por Bachelard (1934) e Weaver (1948), desde a institucionalização do problema com o colóquio da Universidade das Nações Unidas, em 1984, até os tratamentos actuais pelo Instituto de Santa Fé ou aos desenvolvimentos da mecânica estatística fica um longo percurso. Apesar desse variegado conjunto apresentar-se como «manta de retalhos» unida por algumas «costuras», houve grandes avanços e as ciências, incluindo a Economia, têm de ser encaradas sob novas perspectivas.

⁴⁴ Apesar da nossa grande ignorância em Matemática não podemos deixar de ficar perplexos com duas situações aparentemente contraditórias: os grandes avanços de diversos ramos das Matemáticas e a dificuldade perante problemas que parecem comezinhos. Ainda em relação às Matemáticas duas interrogações: estão as Matemáticas em condições de usufruir da variedade de sistemas lógicos hoje existentes? Não terão as Matemáticas uma importante fonte de inspiração nos problemas que as ciências da realidade humana colocam?

por exemplo⁴⁵, na sua aplicabilidade à economia e à Economia, facilmente verificaremos que estamos perante questões relevantes para a compreensão das vertentes sociais estudadas – ora resolvendo problemas há muito sentidos, ora lançando novas leituras – que podem rasgar abordagens totalmente diferentes.

Trata-se tanto de utilizar os novos instrumentos técnicos que as “ciências da complexidade” construíram – o que aparentemente é o mais fácil – como de despertar a imaginação, a criatividade e a racionalidade para lançar novos olhares sobre o que há muito convive connosco⁴⁶ e que ainda não tínhamos descoberto.

d) Interdisciplinaridade

A especialização, a fragmentação conceptual da realidade una, a abstracção de certos elementos de um concreto total, tem sido um dos vectores dinamizadores do conhecimento científico nos últimos séculos e continua a ter validade. Não é o “homem total” ou a “sociedade total”, que nega a validade e a importância de ciências como a Economia⁴⁷.

Contudo, se a especialização é benéfica não o é ignorarmos a parcialidade dessa leitura; esquecermo-nos das zonas de fronteira e da conveniência de enriquecimento conceptual

⁴⁵ Limitámo-nos a citar os aspectos que serviram na referida comunicação para exemplificar a aplicabilidade à Economia. Note-se que algumas delas interligam-se com os eixos de investigação anteriormente referidos: “racionalidades marginalizadas”, “micro-macro”. Além disso é patente a relação com a interdisciplinaridade, que trataremos de seguida.

⁴⁶ “Convivência” social e “convivência” intelectual.

⁴⁷ Consideramos que PIMENTA, (Coord., 2004) fornece um interessante contributo para o estudo da interdisciplinaridade, sem menosprezo por diversos trabalhos sobre esta temática, embora ela seja mais objecto de referências que de tratamento científico.

A aplicação das problemáticas da interdisciplinaridade à Economia tem sido objecto de diversos trabalhos meus nos últimos anos. Para além do referido recordem-se os textos: (a) “Apontamentos sobre Economia e Lógica” (2002); *Boletim de Ciências Económicas*, Vol XLV-A, pag. 243-264. (b) “Contributos para Pensar a Interdisciplinaridade e a Complexidade nas Ciências Sociais” (2004); *Estudos em Homenagem ao professor Doutor Jorge Ribeiro Faria*; Coimbra, Coimbra Editora. (c) “La «Science Économique» et les Mathématiques. Quelques remarques.” (2004); *Seminaire d’Histoire et Philosophie des Sciences « Une science peut-elle se passer de modèles mathématiques ? »*, Universidade de Bourgogne, França; Janeiro 2004. Recordem-se também as conferências (d) “Disciplinarité et Interdisciplinarité dans l’Enseignement de l’Économie” (2003); Conferência no IREDU / Universidade de Borgogne, França; (e) “Interdisciplinaridade em Economia” (2003); Porto, Faculdade de Economia do Porto, Dezembro/03. Os textos e os tópicos das conferências estão disponíveis no site já anteriormente referido.

do nosso objecto teórico com recurso às outras ciências; não nos apercebermo-nos dos novos desafios surgidos algures; assumirmos uma atitude imperialista em relação a “conceitos nómadas” que atravessam diversos saberes; desprezarmos as relações entre o todo (homem/sociedade) e as partes (estudo disciplinar desse homem/sociedade), sobretudo em períodos de reconstrução de paradigmas; ignorarmos que há problemas suficientemente grandes para serem tratados por uma única ciência ou que a *praxis* exige uma leitura múltipla. A reflexão crítica sobre os saberes económicos impõe igualmente uma atitude de interdisciplinaridade.

A interdisciplinaridade, independentemente da intensidade da combinação dos saberes que se designe dessa forma⁴⁸, é igualmente um contributo para a interparadigmaticidade.

Os conteúdos e as relações concretos da interdisciplinaridade dependerá do assunto que estivermos a tratar, das hipóteses e dos modelos de referência, mas deverá sempre ser assumida como um contributo decisivo para a reconstrução do objecto científico da Economia.

Conclusão

Certamente que estas temáticas de investigação num contexto institucional de pluralismo teórico estão muito longe de esgotar os assuntos que merecem a nossa consideração e que são, de alguma forma, relevantes para o futuro da sociedade⁴⁹. No entanto são

⁴⁸ Sobre a precisão do que se pode entender por interdisciplinaridade vejam-se alguns dos trabalhos anteriormente referidos.

⁴⁹ Haverá alguma problemática mais importante para a humanidade que a do subdesenvolvimento (hoje esquecida ou enviesada pela temática do crescimento e desenvolvimento)? Não será fundamental estudar a possibilidade da Política Económica reflectir as conquistas técnicas e científicas atingidas pela Economia? Não será necessário repensar as relações entre a Economia e a Gestão – sobretudo nos países em que ambas as formações partilham o mesmo espaço físico e institucional? A extensão da «economia não observada» não coloca hoje novos desafios à Economia e a muitas das suas técnicas? Não continuamos a manifestar grande ignorância no estudo e previsão das “conjunturas”, depois de termos apregoado que elas tinham acabado? Não é o “mercado de trabalho” um permanente desafio à nossa capacidade de deitarmos fora várias ideias pré-concebidas e analisar a realidade com outro rigor? Não continuam os mercados de valores, com a sua grande volatilidade, a desafiar os modelos construídos apesar dos esforços em aplicar-lhes metodologias novas? Não é imperiosa uma maior fusão (como?) entre a ética e o “mundo dos negócios”? Não estão as relações entre a Ecologia e a Economia, entre a natureza e o económico, a forçar novas formas de pensar e novas relações interdisciplinares? Não está o individualismo a exigir termos mais em conta a

suficientemente poderosas para obrigar todos os intervenientes a pensar e a despertar a sua imaginação, esse bem raro que não é tratado pela Economia⁵⁰.

É uma batalha longa, exigindo persistência, mas justifica-se pelas fundamentações epistemológica, histórica, pedagógica, cívica e ética e pelas potencialidades que pode apresentar na formação de novas gerações.

Muitas destas problemáticas repercutem-se directamente sobre o funcionamento das escolas superiores de Economia, seja pela estrutura dos planos de curso, seja pelas regras institucionais de funcionamento, seja ainda pela organização das aulas e matérias tratadas. O rigor do saber e a liberdade intelectual exigem que continuemos a intervir nesse espaço que continua decisivo⁵¹ na sociedade do conhecimento.

“avaliação social” dos projectos? Poderíamos estar aqui, enchendo páginas, a referir outras hipótese de investigação, umas mais próximas do concreto, outras bastante mais abstractas.

⁵⁰ Os “perigos” destas problemáticas, ou de algumas delas, para o poder constituído são explicitados claramente por ALMODOVAR & COSTA (2004):

“A conclusão geral que se pode tirar será assim a de que o futuro da Economia está em grande medida dependente de duas ordens de factores. Primeiro, da sua capacidade de concitar os recursos necessários ao seu desenvolvimento (...). Depois, da sua capacidade de manter um mínimo de coesão interna, garantindo que o diálogo entre as suas próprias especialidades é mais fácil e mais proveitoso do que qualquer viragem em direcção ao exterior, procurando concluir alianças com outros ramos do saber. Caso tal não aconteça, poder-se-á assistir a médio prazo a uma destruição da Economia tal como hoje a conhecemos” (3)

⁵¹ A Universidade continua a ser decisiva, apesar da opinião de alguns sociólogos que “transferem” para as redes, as empresas e as estruturas não hierarquizadas o dinamismo da produção de conhecimentos, apesar dos critérios economicistas e de reforço das hierarquias sociais mundiais fortemente subjacentes ao “processo de Bolonha”. A Universidade continua a ser decisiva, mas tem de reforçar a reflexão crítica sobre ela mesma, a capacidade de reagir ou adaptar-se.

Bibliografia Citada

- ABBAGNANO, Nicola. 1998. *Dicionário de Filosofia*. Translated by A. Bosi. 2 ed. 1 vols. São Paulo: Martins Fontes.
- ALMODEVAR, A., & COSTA, M. L.. 2001. Antecipações imperfeitas. *Economia Pura* (Jan. 2001):96/97.
- BACHELARD, Gaston. 1984. *A Filosofia do Não - Filosofia do Novo Espírito Científico*. Translated by J. J. M. RAMOS. 3 ed. Lisboa: Editorial Presenca.
- BANCAL, Jean. 1974. *L'Économie de Sociologues - Objet et Projet de la Sociologie Économique*. 1 ed. Paris: PUF. Original edition, 1974.
- BOYER, Robert. 2004. L'avenir de l'économie comme discipline. *Problèmes Économiques* (17/03/04):19/25.
- CASTRO, Armando. 1975. *Teoria do Conhecimento Científico*. 1 ed. Vol. I. Porto: Limiar.
- . 1978. *Teoria do Conhecimento Científico*. Vol. II. Porto: Limiar.
- COLANDER, David. 2000. *The Complexity Vision and the Teaching of Economics*. 1 vols. Cheltenham: Edward Elgar.
- EKELAND, Ivar. 1993. *A Matemática e o Imprevisto*. Lisboa: Gradiva.
- GÉLÉDAN, Alain, and JANINE Brémont. 1988. *Dicionário Económico e Social*. Translated by H. D. BARROS. 1 ed. Lisboa: Livros Horizonte. Original edition, 1981.
- LECOURT, Dominique (Coord.). 1999. *Dictionnaire d'Histoire et Philosophie des Sciences*. 1 ed. 1 vols. Paris: PUF.
- GASPAR, Jorge. 1998. “Nós e os Outros”, InforGeo 13 & 14
- GODELIER, Maurice. [sd]. *Racionalidade e Irracionalidade na Economia*. Translated by M. R. SARDINHA. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- GODIN, Christian. 1997. *La Totalité. 5. La Totalité Réalisée. Les Sciences*. Seyssel: Édition Champ Vallon.
- GOLDMANN, Lucien. 1978. *Sciences Humaines et Philosophie*. Paris, Denoel
- HAWKING, Stephen W. 1988. *Uma Breve História do Tempo. Da Grande Explosão aos Buracos Negros*. Translated by R. FONSECA. Lisboa: Circulo de Leitores.

- KATOUZIAN, Homa. 1982. *Ideologia y Metodo en Economia*. Translated by AAVV. Madrid: Editorial Gredos. Original edition, 1980.
- MADDALA, G. S., & MILLER, Ellen. 1989. *Microeconomics: Theory and Applications*. Nova Iorque: McGraw-Hill.
- MARSHALL, ALFRED. 1988. *Princípios de Economia (I)*. Translated by TTVV. São Paulo: Nova Cultural.
- MINGAT, A, & [av]. 1985. *Méthodologie Economique*. 1 ed. Paris: PUF.
- MONTREYNAUD, Florence. 1985. *Dicionário de Citações*. Translated by M. BRAGA. Lisboa: Editorial Inquerito.
- MOURA, FRANCISCO P. 1964. *Lições de Economia*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- NUNES, Manuel Jacinto. 2004. *Epistemologia e Metodologia Económica*; Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- ORA, Ari Pedro. 2002. Humanismo Latino e Islamismo en Tiempos de Globalización; in *Humanismo Latino e Islam*, Actas do Congresso Internacional de Estudos, 2002, Trevisco, Fondazione Cassamarca, pág. 257/266
- PIAGET, Jean, and [av]. 1967. *Logique et Connaissance Scientifique*. Paris: Gallimard.
- PIMENTA, Carlos. 1990. Economia Política e Racionalidades. *Estudos Econômicos* (20/Esp):39/58.
- . 2004. *Globalização: Produção, Capital Fictício e Redistribuição, Ideias - Economia*. Lisboa: Campo da Comunicação.
- PIMENTA, Carlos (Coord.). 2004. *Interdisciplinaridade, Humanismo, Universidade*. Edited by C. d. Ciências. 1 ed. 1 vols. Vol. 1. Porto: Campo das Letras.
- ROSS, Ian Simpson. 1999. *Adam Smith. Uma Biografia*. Rio de Janeiro: Editora Record.